

Em que país nós estamos?

Herbert Levy *

Leio em manchete que ocupa toda a 1ª página do jornal O Estado de S. Paulo a "Queda de juros chega ao consumidor", e essa matéria, também divulgada na página principal: "A redução de juros determinada pelo Banco Central para o mercado financeiro começa a chegar ao consumidor".

"Pesquisa do Procon-SP mostra que a taxa média para o crédito pessoal na rede bancária caiu 0,41 ponto percentual na primeira

quinzena de março - de 6,79% para 6,38% ao mês. Em termos anuais, a redução foi de 9,92 pontos, mas os juros cobrados ainda são considerados estratosféricos" - 110% ao ano - para uma economia com inflação perto de zero. As reduções mais acentuadas ocorrem nas linhas de em-

Como justificar altas de preço numa política deflacionária como a criada pelo real?

préstimo pessoal, aquelas nas quais não se exige informação sobre a finalidade do crédito. O Banco Real, por exemplo, baixou sua taxa mensal de 7,5% para 4,5% ao mês. O Bandeirantes, de 6% para 5% e o Mercantil, de 7,4% para 6,7%. Na taxa média para o cheque especial, houve só ligeira redução, de 11,21% para 11,14% ao mês".

No mesmo jornal encontro a informação de que a cesta básica atingiu um preço recorde desde o Plano Real, ultrapassando o valor do salário mínimo.

Registro: "A cesta básica do paulistano subiu 0,76% neste fim de semana, alcançando o maior valor da história e ultrapassando,

pela primeira vez, o salário mínimo, de R\$ 120,00. A cesta, formada por itens de primeira necessidade para uma família padrão de quatro pessoas, passou a custar R\$ 120,29, uma alta de 1,63% só em março".

Sendo o Plano Real na verdade um plano deflacionário do FMI, não há como justificar essas altas. Mais surpre-

endente ainda é a informação de pessoa de alta idoneidade de minhas relações, que costuma aviar receitas culinárias em atividade doméstica, de que os preços da massa de macarrão, talvez o principal ingrediente usado no setor, acabam de registrar uma alta de R\$ 4,00 por quilo, ou seja 24%! Repito: onde a justificativa para essas altas numa política deflacionária como a que introduziu o Plano Real?



Assim, além dos recordes sistêmicos e de extraordinárias proporções que registram os orçamentos governamentais, da

União e dos Estados; dos totais sem precedentes do desemprego; do fenômeno do déficit da balança comercial produzido pela valorização cambial; do

crescimento espantoso da inadimplência, compreensíveis no quadro de uma política deflacionária, a alta de preços que ocorre não tem explicação plausível.

"Pari passu", onde quer que se ande nas ruas comerciais de São Paulo, é um nunca acabar de promoções com descontos de 30, 40, 50% e até mais! As dificuldades para o setor comercial coincidem com o crescimento da complexidade na área econômica, com o papel cada vez mais abrangente do desenvolvimento tecnológico, do

avanço rápido na informática e o uso crescente, sem precedentes, dos computadores, com o surgimento da Internet, que ali-

menta uma atividade importante, atingindo várias centenas de milhões de espectadores, desempenhando papel cada vez mais abrangente na

economia e deixando para trás os que ignoram esses novos tempos.

De qualquer modo, o governo central tem o dever de apoiar por todos os meios as atividades produtoras, que, ao contrário, estão lutando contra juros altos, estímulo cambial às importações e, "last but not least", impostos e outros ônus para sobreviver, à custa de dificuldades sem precedentes.

* Presidente do Conselho de Administração da Gazeta Mercantil.